

ECONOMIA

Brasil abre novos mercados para produtos agropecuários e chega a 639 liberações

O governo brasileiro concluiu novas negociações sanitárias e fitossanitárias que permitirão a exportação de produtos agropecuários para 13 parceiros comerciais, ampliando a presença do agronegócio nacional em mercados da América Latina, África e Eurásia. Com as autorizações, o Brasil alcança 639 aberturas de mercado em 97 destinos desde o início de 2023, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária e o Ministério das Relações Exteriores.

As novas permissões envolvem Argentina, Bolívia, El Salvador, Equador, Etiópia, Guiana, Honduras, Nicarágua,

à alimentação animal, para a Etiópia. Para a Nigéria, foi autorizada a venda de ovos férteis. Já na União Econômica Euroasiática, bloco formado por Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Armênia, foi aprovada a exportação de castanha de caju brasileira.

A abertura para a castanha de caju tem relevância econômica especial, sobretudo para estados produtores do Nordeste, onde a cajucultura integra cadeias agrícolas, agroindustriais e de exportação. Segundo o governo federal, a União Econômica Euroasiática importou mais de US\$ 1,4 bilhão em produtos agropecuários brasileiros no último ano, com destaque para soja, carnes e café. A inclusão da castanha de caju amplia a possibilidade de inserção de produtos de maior valor agregado nesse mercado.

Com as autorizações, o Brasil alcança 639 aberturas de mercado em 97 destinos desde o início de 2023, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária e o Ministério das Relações Exteriores

Nigéria, Paraguai, República Dominicana, Venezuela e União Econômica Euroasiática. O avanço reforça a estratégia brasileira de diversificar destinos e ampliar a pauta exportadora, reduzindo a dependência de poucos mercados e criando oportunidades para diferentes cadeias produtivas do campo.

Entre os produtos autorizados estão sêmen de pacu-caranha para a Argentina, couro bovino salgado para a Bolívia, material genético bovino para El Salvador, milho pipoca para o Equador e para a República Dominicana, sementes de coco para a Guiana, material genético bovino e mudas de cana-de-açúcar para Honduras, sementes de pimenta habanero para a Nicarágua, sementes de mamona para o Paraguai e sementes de maracujá para a Venezuela.

Também foram liberadas exportações de farinhas e gorduras de pescado, ruminantes e de outros animais, além de hemoderivados destinados

Do ponto de vista econômico, as aberturas sanitárias e fitossanitárias são etapas fundamentais para o comércio internacional de alimentos, sementes, material genético e insumos de origem animal.

Esse tipo de negociação costuma ter impacto direto sobre produtores, cooperativas, agroindústrias e exportadores. Embora algumas liberações envolvam nichos de mercado, como material genético, sementes e produtos para alimentação animal, elas podem abrir caminho para contratos recorrentes, transferência de tecnologia, ganho de escala e fortalecimento de cadeias produtivas especializadas.

A diversificação da pauta também é estratégica em um ambiente internacional marcado por disputas comerciais, barreiras não tarifárias e maior exigência dos compradores em relação à qualidade.

As liberações contemplam tanto produtos tradicionais quanto segmentos de base tecnológica, como material genético bovino e sementes. Com 639 aberturas em 97 destinos desde 2023, o Brasil consolida uma agenda ofensiva no comércio agropecuário internacional.

Justiça limita consignado do INSS e impõe revés a bancos

Somente neste ano, 3,4 milhões de beneficiários do INSS contrataram empréstimos nessa modalidade, movimentando R\$ 22,665 bilhões

FOTO AGÊNCIA BRASIL



As decisões reforçam a preocupação crescente com fraudes, assédio comercial aos idosos

Duas decisões recentes da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) impuseram derrota ao setor bancário e podem alterar a forma de contratação do crédito consignado por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Em uma delas, os ministros consideraram abusiva a visita domiciliar feita por correspondentes bancários para oferecer e fechar contratos de empréstimo. Em outra, a Corte declarou inválida a contratação digital, feita em caixa eletrônico, por segurado analfabeto.

As decisões atingem um mercado bilionário. O consignado do INSS é uma modalidade de crédito com desconto direto no benefício previdenciário. As regras sobre juros, número de parcelas e margem consignável são definidas pelo Conselho Nacional de Previd

vidência Social. Em 2026, 3,4 milhões de beneficiários contrataram empréstimos nessa modalidade, movimentando R\$ 22,665 bilhões. Ao longo de um ano, o mercado de consignado do INSS gira cerca de R\$ 100 bilhões.

dos descontos associativos ilegais no INSS para justificar a necessidade de maior cautela em processos envolvendo idosos e Previdência. Houve divergência do ministro Moura Ribeiro.

Decisão

A segunda decisão tratou de contratos firmados por pessoas analfabetas em canais digitais. A Terceira Turma do STJ foi unânime ao conceder recurso a Carlos Alberto de Freitas, aposentado que questionava descontos de empréstimo em seu benefício e afirmava não reconhecer a contratação feita junto ao Banco Mercantil.

O relator do caso, ministro Villas Bôas Cueva, entendeu que a operação violou o artigo 595 do Código Civil, que estabelece formalidades específicas para contratos envolvendo pessoas que não sabem ler e escrever.

As decisões reforçam a preocupação crescente com fraudes, assédio comercial e vulnerabilidade de aposentados e pensionistas no mercado de crédito. O público do consignado do INSS é considerado especialmente sensível porque reúne idosos, pessoas de baixa renda e beneficiários que, em muitos casos, dependem integralmente da aposentadoria ou pensão para a manutenção do orçamento doméstico.

O setor financeiro reagiu com preocupação. Para a Associação dos Correspondentes Bancários, as medidas representam "um retrocesso no acesso ao crédito" e podem prejudicar aposentados e pensionistas em regiões pouco bancarizadas, onde os correspondentes funcionam como principal canal de atendimento. A entidade afirma que segue a legislação e as normas do Banco Central.

Petrobras compra fatia em bloco do pré-sal de Campos e reforça reservas

FOTO PETROBRAS

A Petrobras anunciou nessa quarta-feira (10/06) acordo para adquirir 50% do campo exploratório de Itaimbezinho, localizado no Polígono do Pré-Sal, na Baía de Campos, a cerca de 190 quilômetros da costa do Rio de Janeiro. A participação foi comprada da Equinor Brasil Energia, subsidiária da multinacional estatal norueguesa. O valor da transação não foi divulgado.

Por ainda se tratar de um bloco em fase exploratória, Itaimbezinho não produz petróleo. Mesmo assim, a operação é estratégica para a Petrobras por ampliar sua presença em uma das áreas mais relevantes da fronteira petrolífera brasileira. O pré-sal concentra os principais campos de produção do país e responde pela maior parte da oferta nacional de petróleo e gás.

Segundo a estatal, a aquisição reforça a importância da atividade exploratória no Brasil e está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia. O objetivo é recompor reservas de petróleo e gás por meio da exploração de novas áreas e da atuação em parceria com outras empresas do setor.

A transação também amplia a cooperação entre Pe-



O Polígono do Pré-Sal, no litoral do Sudeste, é decisivo na matriz de produção

trobras e Equinor na Baía de Campos. As duas companhias já atuam conjuntamente no projeto Raia, considerado o maior projeto de gás natural do país com início de produção previsto para esta década, além da licença exploratória de Jaspe, na qual a Petrobras detém participação de 60%.

A entrada da Petrobras em Itaimbezinho ocorre menos de um ano após a Equinor arrematar o bloco. A área foi adquirida pela empresa norueguesa em outubro de 2025, durante o 3º Ciclo da Oferta

Permanente de Partilha, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Nesse modelo de leilão, vence a disputa a empresa que oferece à União o maior percentual de excedente em óleo, parcela que corresponde à divisão do lucro da produção. Na ocasião, a Equinor arrematou Itaimbezinho sozinha, com oferta de 6,95% do excedente.

Para ser concluída, a compra anunciada pela Petrobras ainda depende da aprovação da ANP e do Conselho Ad-

ministrativo de Defesa Econômica, o Cade. A análise regulatória é necessária para validar a transferência de participação no bloco e avaliar eventuais efeitos concorrenciais da operação.

Do ponto de vista econômico, a aquisição reforça a prioridade da Petrobras em manter uma carteira robusta de exploração. A recomposição de reservas é um dos principais desafios de empresas petrolíferas, especialmente em um setor intensivo em capital, de longo prazo de maturação e sujeito a incertezas geológicas, regulatórias e de preço internacional.

O Polígono do Pré-Sal, localizado no litoral do Sudeste, tem papel decisivo na matriz de produção brasileira. Em abril de 2026, dado mais recente da ANP, os campos do pré-sal responderam por praticamente 82% da produção nacional de petróleo e gás, com 4,614 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

O barril de óleo equivalente, conhecido pela sigla boe, é uma unidade que permite somar a produção de petróleo e gás natural em uma mesma base energética. Para isso, o volume de gás é convertido ao equivalente energético de um barril de petróleo bruto.

CASA DOS VENTOS S.A.
Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de São Gonçalo do Amarante a Licença de Instalação e Operação (LI/O) de nº 01/2026 para geração de energia eólica, localizada na Rodovia CE 355, 5/9, KM 11,5, Pecém, São Gonçalo do Amarante-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMURB no qual esta publicação é parte integrante.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA – AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; N.º 2026.08.06.01SRP. OBJETO: SELEÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 46º INPM (46%) E ÁLCOOL ETÍLICO 70% GL 70 P/V, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS AO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA/CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. DA FORMA DE DISPUTA: ABERTO. A COMISSÃO DE PREGÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS SERÁ ATÉ O DIA 24.06.2026 ÀS 08:30 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) e que a disputa se dará no mesmo dia às 09:00 hrs. Os horários referem-se ao horário local. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço eletrônico: <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, e pelo portal do TCE-CE: http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes, a partir da data desta publicação ou na sala do Setor de Licitações, situada à Rua Lívio Rocha Veras, 549, Centro. Hugo de Oliveira Nóbrega – Pregoeiro.

EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA
(H MIL DE FORTALEZA / 1942)
HOSPITAL CAPITÃO MÉDICO
METON DE ALENCAR

MINISTÉRIO DA
DEFESA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 90004/2026-H Ge F

A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do Hospital Geral de Fortaleza torna público que será realizada, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-H Ge F – OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de serviços de limpeza e conservação das áreas administrativas, com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de insumos, equipamentos, uniformes e EPIs, visando atender às necessidades do Hospital Geral de Fortaleza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. ABERTURA: 25/6/2026, às 09:00h (horário de Brasília). O edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras. Maiores informações serão fornecidas pela Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do H Ge F. Telefone para contato: (85) 3255-1649.

Fortaleza-CE, 11 de junho de 2026.

JOSÉ MATEUS NEGRAZINO NOGUEIRA – CEL R/1 PTTC

Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do H Ge F